

GOVERNANDO A ATENÇÃO: SOBRE AS IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS DA TESTAGEM PSICOLÓGICA

Governing Attention: On Ethical-Political Effects of Psychological Testing

CÉSAR PESSOA PIMENTEL¹ E MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS²

Doi: <https://doi.org/10.17533/udea.rp-e345741>

Resumo

Este artigo busca, enquanto trabalho de reflexão, investigar processos associados à modulação da percepção dos sujeitos nas sociedades contemporâneas por meio do exame histórico da constituição e uso de testes de atenção concentrada, principalmente dos testes de Toulouse-Piéron. Para isso, recorre-se aos conceitos de governamentalidade de Michel Foucault e Nikolas Rose, e de móveis-mutáveis de Bruno Latour. Considera-se as alterações dos regimes de atenção a partir das narrativas de: Kurt Danziger acerca da constituição do conceito de inteligência; Jonathan Crary acerca da crise da capacidade de síntese perceptiva do indivíduo moderno; e Lev Manovich acerca da constituição do corpo enquanto domínio informacional nas sociedades contemporâneas. Aplicando esse

conjunto teórico ao campo da testagem psicológica, começamos por esclarecer a emergência dos testes de atenção na França, focando a noção de “biocracia”, de Toulouse. Em seguida, examinamos teses, dissertações e artigos contemporâneos acerca do teste, verificando deslocamentos em seu uso, envolvendo faixa etária, correlatos neurocientíficos e motivação do seu uso. Concluímos que esses deslocamentos apontam para a emergência de modos de modular a atenção segundo as demandas de eficácia e iniciativa proeminentes nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: testes psicológicos, atenção, governamentalidade, ciência, tecnologia e sociedade, produção de subjetividades.

Recibido: 28-03-2021/ Aceptado: 04-08-2021

Para citar este artículo en APA: Pessoa-Pimentel, César & Gama-Santos, Marcus. Governando a Atenção: Sobre as Implicações Ético-Políticas da Testagem Psicológica. *Revista de Psicología Universidad de Antioquia*, 13(2), e345741. doi: <https://doi.org/10.17533/udea.rp.e345741>

¹ César Pessoa Pimentel, Estudante Postdoctoral no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ). Correo: cesar.pimn@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-7711-8312>

² Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos. Mes-trando bolsista CAPES em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Abstract

This paper aims, as a reflection study, to investigate some processes associated with the modulation of the perception of the subjects of contemporary societies through a historical exam of the emergence and use of tests of concentrated attention, mainly the Toulouse-Piéron tests. For this purpose, Michel Foucault's and Nikolas Rose's concept of governmentality and Bruno Latour's concept of immutable-mobiles are taken as instruments of analysis. Changes in the regimes of attention are analyzed through the narratives of: Kurt Danziger about the constitution of the concept of intelligence; Jonathan Crary about the crisis of the modern individual's capacity for perceptual synthesis; and Lev Manovich about the constitution of the body as an information domain in contemporary

societies. Applying this theoretical set to the field of psychological testing, we clarify the emergence of attention tests in France, focusing on Toulouse's notion of "biocracy". Then, we examine contemporary PhD. theses, dissertations and articles about the test, tracking displacements in its use, involving age group, neuroscientific correlates and motivation for its use. We conclude that these displacements point to the emergence of ways of modulating attention in accordance with the demands of efficiency and initiative prominent in contemporary societies.

Keywords: psychological tests; attention; governmentality; science, technology and society; production of subjectivities.

Introdução

De um ponto de vista epistemológico tradicional, alinhado a uma concepção de neutralidade científica, compreende-se os testes psicológicos como instrumentos de investigação através dos quais o profissional da área define sua singularidade e importância. Nessa linha de análise, pode-se notar, por exemplo, declarações quanto à necessidade de sistematização e padronização dos testes psicológicos (Araújo, 2011; Weschler, Hutz e Primi, 2019), ou ainda de incorporação de conceitos neurológicos (Benkzick, Leal e Cardoso, 2016; Correia, 2015).

Em outro pólo, o construcionismo social (Hacking, 2001) reverte radicalmente a suposta neutralidade da mensuração psicológica, afirmando que atributos como "inteligência" e "memória", na verdade seriam classificações artificiais, produzidas em contextos sócio-políticos particulares e voltadas para a dominação e exploração da conduta humana. Pode-se ainda articular um terceiro modo de tratar os testes psicológicos desvinculando-os da noção de neutralidade instrumental ou de ferramenta de dominação. Autores como Michel Foucault, Nikolas Rose, e Jonathan Crary, por exemplo, entendem

que a conduta humana é governada por saberes e práticas psicológicas, na medida em que estas organizam um campo de ações possíveis onde o sujeito se constitui. Portanto, supõem um grau de liberdade de ação para funcionar e se expandir. Tais autores diferenciam-se do tipo de análise do construcionismo social por desconfiarem da ideia de uma natureza humana a ser liberada de um obscurecimento tecno-científico. Ao contrário, tal natureza seria afetada, ou mesmo composta, agregada e desagregada, provisoriamente, por classificações científicas.

Calcado nesse último ponto de vista, este texto encaminha uma análise histórica das modulações produzidas nos processos perceptivos dos sujeitos, modernos e contemporâneos, por testes psicológicos de atenção concentrada, com particular ênfase ao teste de Toulouse-Piéron. Tem por referências teóricas: os conceitos de *governo* e de *governamentalidade* propostos pelo filósofo Michel Foucault e desdobrados, posteriormente, na obra de Nikolas Rose (2008); a noção de ‘móviles-imutáveis’ proposta por Bruno Latour (2015); a análise histórica da constituição do conceito de inteligência na virada para o século xx realizada por Kurt Danziger (1997); as considerações acerca da crise da capacidade de síntese perceptiva do indivíduo moderno desenvolvidas por Jonathan Crary (2013); e as observações acerca da constituição do corpo enquanto domínio informacional no decorrer do século xx desenvolvidas por Lev Manovich (1995).

Parte-se da perspectiva, advogada por Rose (1985), de que a Psicologia constitui-se simultaneamente como campo teórico e aplicado em torno do conceito de *norma*, considerando, assim, que diversos tópicos do que se costuma entender como “psicologia científica” não foram primeiro delimitados dentro de laboratórios e depois propagados para o uso em instituições sociais. Ao contrário, instituições como a escola, fábrica, prisão foram espaços privilegiados da constituição do pensamento psicológico, reformadas e aprimoradas simultaneamente ao desenvolvimento deste último vetor.

Partindo dessa premissa, toma-se o movimento de testagem psicológica⁴ em geral como forma de governo de conduta, que delimita grupos em termos

⁴ Segundo Nikolas Rose (2008), os testes mentais, depois nomeados testes psicológicos, tornam-se usados massivamente em instituições como fábricas, escolas e hospitais psiquiátricos no início do século xx como uma tecnologia de conhecimento e classificação que estabilizam e tornam visíveis atributos, como a “inteligência” e a “memória”, distribuindo-os segundo as polaridades do normal e patológico.

de categorias psicológicas, como “inteligência”, “atenção” e “memória”. Tanto o conceito de *governo* quanto o de *conduta* são compreendidos a partir da obra de Michel Foucault (1995). Segundo o filósofo, o termo *conduta* abarca dois sentidos: 1) o ato de conduzir os outros, que pode implicar mecanismos de coerção e 2) a maneira de agir, pressupondo um campo mais ou menos aberto de possibilidades. Já o *governo da conduta* compreende modos de ação afeitos à reflexão e ao cálculo, destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, envolve a liberdade dos indivíduos, pois corresponde agir sobre ações estruturar o eventual campo de ação dos outros. A pedagogia, o ensino, os modos de transmissão de conhecimento que por meio de reformas conceituais e institucionais importantes, vieram a ser tratados como “aprendizagem” ou “educação”, na atualidade, eram explicitamente consideradas até o século XVI, como formas de governo (Foucault, 1995).

Dado que, no sentido aqui empregado, *governar* envolve um exercício de cálculo de probabilidades e possibilidades que se quer delimitar, mitigar ou aprimorar, podemos tecer articulações entre essa noção com os estudos recentes sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Segundo John Law (2012), uma característica desses estudos é a busca por controvérsias e debates onde a estabilidade de uma teoria, instrumento, objeto ou grupos sociais apareça como flutuante, contingente e precária. A estabilidade dos objetos e sujeitos, na verdade, seria o mais raro, correspondendo a ocasiões onde um emaranhado se mantém equilibrado para logo em seguida ser desalinhado. Nessas raras ocasiões em que sujeitos e objetos se estabilizam, efetivamente, estes se fecham, tornam-se manipuláveis, suscetíveis a categorizações; tornam-se, portanto, “caixas-pretas”. Em outros termos, tornam-se objetos ou comportamentos que podem ser governados. Em particular, na corrente chamada por John Law (2012) de “semiótica-material” (*material-semiotics*), concebe-se a tecnologia como estabilização de vínculos sociais, porém sujeita a um constante fazer e desfazer de teorias, agentes e interesses. Tão importantes quanto as estabilizações dos objetos é a possibilidade de serem transportados entre locais distantes, aspecto ao qual corresponde a noção de “móviles-imutáveis” elaborada por Bruno Latour (2015). Segundo o

sociólogo da ciência, criar teorias, objetos ou tecnologias envolve sempre um trabalho de inscrever, de deixar rastros duráveis, sejam estes, automáticos como uma fotografia, gráficos de um eletroencefalograma, ou produzidos por um agente humano, como uma anotação em um caderno de notas. Para que tais anotações produzam teorias, portanto, relações entre sujeitos e objetos necessitam ser duráveis e de fácil manuseio. Sua condição necessária é ser ao mesmo tempo visualizável como inscrição, mas mobilizável como objeto. Portanto, *móveis*: “apresentáveis para aqueles que você deseja e que não foram lá” e *imutáveis*: “capazes de aguentar a viagem de retorno sem definir” (Latour, 2015, p. 7).

Tais noções, aplicadas à testagem psicológica da atenção e a suas teorias neuropsicológicas subjacentes, permitem considerar a contingência de tais caixas-pretas, o teste psicológico funcionando como um mecanismo de inscrição para capturar comportamentos efêmeros, qualidades passageiras e capacidades variáveis dos seres humanos, levando-os a serem pensados como objetos “dóceis”. Os testes e seus resultados - tabelas, gráficos, categorias - podem ser considerados “móveis imutáveis”, circulando e traçando redes de conexão entre instituições, pesquisadores e sujeitos classificados, onde controvérsias e debates se instalam e são, ao menos em parte, resolvidas. Em suma, tornando possível o governo dos sujeitos em torno de uma variedade de papéis disponíveis.

A seguir, examinamos algumas das contingências através das quais certos tipos de testes de atenção concentrada se difundiram, abarcando, classificando e propondo métodos de intervenção sobre a infância. Para tal, encaminhamos um sucinto exame tanto dos modos de governamentalidade encontrados no movimento de testagem psicológica iniciada no século xx, quanto das transformações decorrentes da inflexão voltada ao mercado de trabalho proporcionada por Toulouse e Piéron com seus testes, terminando com considerações sobre o uso contemporâneo de tais testes, aos quais foram dados acentos biológicos e neurocientíficos.

1. A psicologia da inteligência/atenção.

1.1. *Inteligência e Atenção em Binet*

Para a compreensão da singularidade do teste Toulouse-Piéron, e, mais especificamente, do modo de governamentalidade nele implicado, cabe recuar aos primórdios da testagem da inteligência mental no contexto francês. Nele encontramos Alfred Binet, que entrega ao campo da psicologia aplicada uma espécie de “móvel-imutável” (Latour, 2015): a escala de inteligência que constrói juntamente com Simon. Segundo Carson (2014), o projeto de psicologia ao qual Binet adere é o modelo tradicional da psicologia francesa, segundo o qual o patológico difere do normal apenas em grau. Assim, Binet teria concebido uma escala métrica “como meio de determinar uma relação precisa entre estados anormais de inteligência e o desenvolvimento cognitivo normal.” (Carson, 2014, p. 251⁵). Cabe frisar ainda que, segundo essa tradição, que tem como marco fundamental os trabalhos de Théodule Ribot, atenção voluntária, adaptação e modificação da natureza aparecem estreitamente articuladas.

Para o último autor, selvagens eram notoriamente incapazes de atenção sustentada; assim eram também os vagabundos, ladrões, e prostitutas. Foi apenas agindo resolutamente contra a inclinação humana natural à preguiça:

Por força de trabalho e dores, que o homem extraiu das antigas fundações da atenção espontânea, inata, a atenção voluntária que constitui seu melhor instrumento de investigação científica. Da luta obstinada entre a Natureza e sua natureza, nasce o mais belo trabalho do homem, a ciência. (Ribot *apud* Daston & Galison, 2007, p. 242)

Danziger (1997) ressalta que Binet classificou seu instrumento como uma escala de “inteligência”, sem a intenção de descrever algum tipo de entidade psicológica distinta. De fato, Binet reconhece a abrangência do termo e a dificuldade em defini-lo, terminando por equiparar inteligência e capacidade de realizar julgamentos. Por julgamento, Binet entendia iniciativa, capacidade de adaptação, cuja ausência, portanto, implicaria em riscos à sobrevivência do organismo.

⁵ Essa tradução, bem como as demais ao longo do texto, foi feita pelos autores

Danziger aponta diferenças entre modelos que estavam sendo desenvolvidos simultaneamente na França, por um lado, e nos Estados Unidos e Inglaterra, por outro. Embora tanto os investigadores anglo-saxões e franceses coletassem os dados empíricos em situações escolares, suas intenções eram bastante diferentes. Binet e Simon limitam-se a uma tarefa estreita de apoio às autoridades na implementação de seu empreendimento de determinar a adaptabilidade dos alunos para diferentes programas. Aqueles que foram inspirados por Galton, entretanto, tiveram um interesse limitado nessa tarefa modesta. Enfeitiçados como estavam pela grande visão eugenista, eles também desejavam revelar as raízes do valor humano em geral. A categoria de inteligência serviria para cruzar a ponte entre o sucesso relativo acadêmico entre os alunos e sucesso relativo entre classes sociais, raças e indivíduos (Danziger, 1997, p. 78).

A partir das observações de Danziger sobre o modo modesto de testagem empreendido na França por Binet e o modo grandioso implementado no mundo anglo-saxão, podemos dizer que o modo como Toulouse e Piéron irão fundar seus projetos constitui uma espécie de aproximação entre os dois modelos. A partir das contribuições dos dois últimos autores haverá uma conversão do modelo francês ao modelo praticado por discípulos de Galton. O modelo de testagem francês, assim, amplia suas ambições. Sendo Toulouse um eugenista como Galton, o teste que o autor elabora com Piéron se insere no contexto de ampliação das práticas psicológicas, em particular no contexto francês. Nos termos de Foucault, trata-se de uma nova forma de governamentalidade assumida pela psicologia.

1.2. Os Testes de Toulouse-Piéron

Em 1911, morre Alfred Binet, com cinquenta e seis anos de idade. Com isso, “o personagem central da história da psicologia aplicada francesa passa a ser Edouard Toulouse” (Ouvrier-Bonnaz, 2007, p. 58). Toulouse foi um personagem central para o desenvolvimento, ampliação e ganho de reconhecimento público da psicologia aplicada na França, principalmente nos âmbitos da psicopatologia e - juntamente com alguns de seus discípulos, tais como Henri Piéron, Jean-Marie Lahy e Henri Laugier - no da psicologia do trabalho.

Toulouse teve formação em medicina e, mesmo antes de formado, já atuava em asilos. Concluiu seus estudos em medicina em 1891 e ganhou proeminência no campo médico com um estudo sobre o grande escritor Émile Zola, no qual tecia considerações sobre a relação entre a superioridade intelectual e a nevropatia. Também foi responsável pela abertura, em 1900, do *Laboratoire de psychologie experimentale* na *Ecole des hautes études*, laboratório que possibilitou o desenvolvimento de novas pesquisas (Schneider, 1991). A principal preocupação de Toulouse era, sem dúvida, a questão da doença mental, a qual ele tentou responder recorrendo a ideias eugênicas correntes na época, que entendiam, como causas do adoecimento mental, a criminalidade inata, disfunções sexuais, alcoolismo hereditário, entre outras. Assim, “seu remédio para a doença mental foi a ‘profilaxia mental’, um termo vago que reconhecia a eugenia como o meio último de resolver o problema ao eliminar a procriação dos mentalmente deficientes” (Schneider, 1991, p. 415).

Na empreitada de Toulouse no campo da doença mental, se torna indissociável o caráter médico e o caráter social de sua prática. Fundamentando sua prática médica, há o ideal republicano - herdeiro dos ideais iluministas e positivistas franceses (Ouvrier-Bonnaz, 2007; Schneider, 1991) - de que a ciência deve funcionar como fornecedora dos princípios reguladores e organizadores da sociedade. A partir desta concepção - partilhada pela época - Toulouse cunha o termo específico “biocracia” para designar seu projeto, sendo esta entendida como uma espécie de regime ou regras a serem instaladas no meio social visando governar a vida humana de um ponto de vista biológico (Drouard, 2007). Com esse objetivo, Toulouse defendeu a reformulação e criação de métodos e práticas que almejavam o aprimoramento da condição física e mental da sociedade, o que situa o projeto deste autor como estando bem próximo aos procedimentos eugênicos de Galton.

É no próprio âmbito da proposta médica e biocrática de Toulouse que é articulado o interesse pela inteligência e pela testagem psicológica. Toulouse era partidário da testagem massiva da população, tal como realizada nos Estados Unidos da América (EUA) segundo o Coeficiente de Inteligência (QI). A testagem psicológica, para Toulouse, era um meio de se identificar e diferenciar, na sociedade, os mais capazes e os menos capazes, assim como os

mais apropriados para uma dada ocupação ou outra. “Toulouse via amplas vantagens em tal testagem, não apenas para a identificação dos que estão no ponto mais baixo da escala, mas também para selecionar uma elite e determinar um alocamento próprio para os que estão no meio” (Schneider, 1991, p. 416; tradução nossa). É em consonância com esta ideia de organização científica da sociedade que Toulouse propõe “que o ingresso em toda escola e fábrica deveria ser por meio de um laboratório psicofisiológico agindo como um órgão de seleção e classificação” (Toulouse, 1920, pp. 327-328 *apud* Schneider, 1991, p. 416; tradução nossa). Toulouse planejava que seu laboratório, enquanto representante do saber científico, se tornasse um centro de produção de padrões a serem adotados em todo tipo de empreendimento social.

Schneider (1991), historiador da psicologia do trabalho na França, considera que Toulouse - para além de seus feitos pessoais - foi de grande importância para o desenvolvimento da psicologia aplicada na França por ter provido as bases institucionais necessárias para que outros personagens desenvolvessem novas pesquisas, principalmente seus parceiros Henri Piéron, Jean-Marie Lahy e Henri Laugier. Toulouse foi responsável pelo estabelecimento de várias instituições para as quais convidou seus parceiros para colaborar, incluindo jornais para publicação das pesquisas realizadas. Além disso, Toulouse foi responsável pela difusão do saber psicológico no meio político e social, se tornando conhecido e referência no campo da psicologia e possibilitando parcerias com instituições, principalmente públicas.

Henri Piéron, apesar de ter trabalhado no laboratório de Toulouse desde seus vinte anos, difere deste em ao menos dois pontos. Primeiramente, Piéron não se formou em Medicina, mas em Filosofia na Sorbonne, tendo atendido os cursos de Théodule Ribot, Pierre Janet e Louis Lapicque, que o encorajaram a seguir seus estudos em Psicologia, área que começava a se desenvolver na época. Esta seria uma das diferenças responsáveis pela menor presença da questão da psicopatologia e do eugenismo na obra de Piéron, em relação à de Toulouse. Uma segunda diferença diz respeito à testagem psicológica. Piéron compartilhava com Toulouse, Lahy e Laugier o interesse pela medição da inteligência, “um interesse despertado quando ele começou pela primeira vez a trabalhar com Toulouse em 1901” (Schneider, 1991,

p. 421; tradução nossa). Entretanto, ao contrário de Toulouse, Piéron se aproximava mais da teoria de Binet - a quem sucedeu no *Collège de France* - das “capacidades psicológicas” do que das teorias de Coeficiente Intelectual (QI), utilizadas principalmente nos EUA.

Ao desenvolver novos testes de habilidade intelectual, Piéron continuou fiel à abordagem de seu predecessor [no Collège de France, i. e., Binet], que estava em contraste marcante em relação à obsessão Alemã e [Norte]Americana com um coeficiente de inteligência. Em oposição à busca [Norte]Americana por um número derivado de uma comparação entre idade mental e idade cronológica que supostamente media a inteligência, Piéron - como Binet anteriormente - insistiu na natureza complexa da habilidade mental, que poderia apenas ser revelada por numerosos e variados testes de tais faculdades como memória, atenção e compreensão (Schneider, 1991, p. 421; tradução nossa).

Apesar das diferenças, tanto Toulouse quanto Piéron tiveram uma importância fundamental para o desenvolvimento da psicologia aplicada, uma vez que suas pesquisas foram desenvolvidas a partir de práticas laboratoriais de cunho não simplesmente teórico. Seus procedimentos laboratoriais não se limitavam a uma pesquisa pura - tal como a psicologia experimental alemã do final do século XIX e início do século XX - mas, em vez disso, eram desenvolvidos e aplicados a partir de demandas práticas e concretas provenientes de instituições sociais (p. e. escolas, fábricas, etc.), geralmente por meio de acordos com entidades públicas (associações, empresas relacionadas com o Estado, etc.). Nesse sentido, Toulouse e Piéron fizeram parte do movimento de constituição de uma Psicologia não mais reduzida a uma parte da disciplina da Filosofia, tal como havia sido o caso até, pelo menos, a metade do século XIX. Assim, pode-se dizer que foram importantes por “retirá-la da academia para o laboratório” (Schneider, 1991, p. 423; tradução nossa).

Mas o laboratório não foi a parada final da Psicologia: esta foi levada para o local de trabalho e de estudo. Este último movimento foi protagonizado principalmente por Lahy e Laugier, na medida em que se valeram dos conhecimentos e técnicas laboratoriais de medição e teste de características psicológicas e fisiológicas para aprimorar certos índices institucionais. Entretanto, Lahy e Laugier divergiam no que diz respeito aos procedimentos. Lahy estava

mais voltado para a pesquisa aplicada, preocupado em proporcionar respostas específicas para cada um dos problemas aos quais era convocado a resolver. Por conseguinte, no âmbito do trabalho, “ele começava com uma examinação do trabalho específico para o qual a indústria desejava selecionar trabalhadores, ele analisava os requerimentos psicológicos e fisiológicos envolvidos; então, ele desenvolvia testes e dispositivos para medir as capacidades e atitudes do candidato” (Schneider, 1991, p. 436; tradução nossa).

Laugier, por outro lado, estava mais voltado para a pesquisa pura, estando mais interessado em descobrir fatores mais gerais que seriam capazes de ser aplicados para uma variedade de casos específicos, ou seja, “descobrir informação básica com aplicabilidade mais geral” (Schneider, 1991, p. 435; tradução nossa). Assim, “em teoria, o objetivo de Laugier foi desenvolver um método geral de testar potenciais empregados que poderiam então ser combinados [*matched*] com a ampla variedade de posições no empreendimento” (Schneider, 1991, p. 436; tradução nossa).

Apesar das diferenças entre os projetos de Toulouse, Piéron, Lahy e Laugier, três pontos que perpassam os quatro autores são de especial importância para nosso argumento. Primeiro ponto, o fato de que a testagem psicológica e a referência a capacidades psicológicas e fisiológicas cumprem um papel fundamental na proposta de cada um dos quatro autores: seja para a avaliação psicopatológica enfatizada por Toulouse, seja na medição da inteligência discutida por Piéron, seja para a intervenção no campo do trabalho enfatizada por Lahy e Laugier.

Segundo ponto, o fato de que as propostas dos quatro autores, assim como suas atuações e os desenvolvimentos institucionais que proporcionaram, fizeram parte da reconfiguração da prática científica francesa na primeira metade do século xx. Além da proposta de se recorrer a diferentes áreas de conhecimento (fisiologia, psicologia, estatística, psiquiatria, biologia, etc.) para se abordar os fenômenos - ênfase proposta desde Toulouse em relação à psicopatologia -, também foi desenvolvida uma nova relação entre o cientista e a sociedade.

Os pesquisadores eram particularmente sensíveis à necessidade de ciência ‘aplicada’ [...] a pesquisa tinha, desde o início, o objetivo geral de aplicar os resultados da

pesquisa [provenientes] da fisiologia e psicologia às necessidades práticas das companhias privadas, escolas e agências governamentais (Schneider, 1991, p. 446; tradução nossa).

Adicionalmente, os cientistas se tornaram cada vez mais “políticos”, não apenas por entenderem que a ciência deve propor respostas para os problemas da esfera social e política, mas também por entenderem que articulações com entidades políticas, institucionais e governamentais são indispensáveis para a efetivação do trabalho científico.

Terceiro ponto, o fato de que os procedimentos de investigação desenvolvidos por estes autores foram perpetuados pelos séculos xx e XXI, dando ensejo e fundamentando o desenvolvimento e o estabelecimento de outras práticas similares.

Estes três pontos estão interconectados, tal como se pode ver na constatação de Schneider (1991) segundo a qual:

Toulouse, Piéron, Lahy e Laugier criaram novas instituições ou desenvolveram conexões próximas com [instituições] já existentes que tiveram uma participação importante em suas pesquisas, desde escolas que treinavam estudantes, até empregadores que eventualmente os contratavam. Os frutos de seus esforços podem ser vistos hoje nas várias instituições contemporâneas que enfatizam a orientação vocacional [*vocational guidance*], a triagem de pessoal [*personnel screening*] e a ergonomia, junto com os exames de inteligência e atitude que se tornaram lugar-comum. O treinamento de voo por meio de simulação de computador que diminuía custos e a controversa testagem de drogas são apenas os últimos legados do trabalho que eles começaram na primeira parte do século (p. 413; tradução nossa).

É precisamente na intersecção destes três pontos que cabe o questionamento acerca dos novos modos de governo de conduta proporcionados pela criação, desenvolvimento e estabelecimento de uma nova prática científica que se vale de novos instrumentos para a sua efetivação. Dentre estes novos instrumentos, nos interessa principalmente os testes psicológicos, que constituem uma nova forma de se relacionar com a interioridade dos indivíduos - agora através de capacidades abstratas inferidas a partir de comportamentos observáveis na resolução das tarefas dos testes - e uma nova forma de categorização que possibilita distribuir os indivíduos conforme os rótulos propiciados pelos testes.

2. Governamentalidade Contemporânea e Testes no Estágio da Infância

2.1. Transformações no governo da atenção

Entendidos como objetos materiais, os testes psicológicos, podem apresentar características do que Latour (2015) denomina “móviles-imutáveis”, circulando entre domínios institucionais, tecendo redes entre as instituições de Édouard Toulouse e locais de trabalho, articulando pessoas, categorias psicológicas e atividades laborais.

Mais recentemente, um leve deslizamento ocorreu no domínio de um desses móveis-imutáveis: o Teste de Atenção Concentrada de Toulouse-Piéron. Propagado no contexto da “biocracia” de Toulouse principalmente como uma espécie de ponte, ou via de acesso ao domínio laboral, sua utilização vem sendo direcionada à infância de um modo denso com ênfase no diagnóstico e intervenção sobre desvios do que se supõe ser uma espécie de ‘normalidade’ da atenção⁶. Nos documentos examinados (três dissertações de mestrado e um artigo, o mais recente datando de 2011), a aplicação do teste, por vezes, é exclusivamente infantil. Em alguns casos, trata-se de examinar seu valor diagnóstico na detecção de Transtornos de Déficit de Atenção e ou Hiperatividade⁷ - TDAH (Correia, 2015; Benkzick, Leal & Cardoso, 2016). Em outro, a de inspecionar a relação entre concentração e velocidade de leitura (Fernandes, 2014) ou ainda validar a aplicação do teste e verificar sua precisão no âmbito brasileiro atendendo a critérios institucionais (Araújo, 2011). A que se deveria esse transporte do texto não somente entre países, mas também chegando a questões de aprendizagem infantil? Apesar do exame dessa questão não pretender ser exaustivo, acreditamos que é importante investigá-la de um ponto de vista histórico através dos conceitos extraídos da obra de Foucault (1993) e do campo CTS (Law, 2012; Latour, 2015), tentando abrir um dos aspectos da medicalização da infância.

⁶ Elaborado em 1904 como Teste de Barragem de Toulouse-Piéron, algumas revisões do teste como a realizada por Agostinho Pereira, do Grupo de psicólogos associados (Pereira, s.d.), admite uso em crianças abaixo de 10 anos. Em outra versão consultada, publicada pela editora TEA (Toulouse & Piéron, 2013), recomendam o uso apenas para indivíduos de 17 anos em diante.

⁷ Em Portugal, a denominação encontrada foi Perturbação de Hiperatividade e Déficit de Atenção.

Como veremos, uma característica dos documentos examinados é fundamentarem-se em teorias neuropsicológicas, expressa em frases como: “A atenção é considerada uma função cerebral importante para a integração mental (...) pré-requisito mais relevante para a manifestação do intelecto e da capacidade de reflexão” (Benzick, Leal & Cardoso 2016, p. 37).

Um primeiro fator a ser considerado diz respeito às modificações no âmbito da percepção, mais especificamente nas demandas dirigidas ao funcionamento atencional dos indivíduos a partir da segunda metade do século xx. A importância da atenção no campo da sociedade moderna foi destacada pelo historiador da arte Jonathan Crary (2013). Pode-se assumir como uma das principais teses do seu amplo estudo abarcando campos estéticos, técnicos e científicos a de que, a partir de 1860, ocorre uma crise na capacidade de síntese perceptiva do indivíduo moderno no contexto mais amplo da dinâmica das sociedades urbanas industriais. O problema do controle e organização de um campo perceptivo fragmentado por sobrecarga sensorial se constitui simultaneamente no campo do consumo, lazer e trabalho. Trata-se de um problema de difícil ou impossível resolução, já que, em tais campos, ao mesmo tempo em que se demanda concentração em operações envolvendo coordenação sensório-motora como nas fábricas, escolas e quartéis, os ambientes urbanos estão repletos de ofertas de consumo e entretenimento induzem distração.

O problema do controle da atenção, no argumento do autor, ganha ar de natureza nos laboratórios de psicologia e fisiologia. Os experimentos de tempo de reação - exemplo fundamental na argumentação - fletam com a experiência do choque, ou seja, a da sobrecarga que empurra o aparato sensorial humano a situações-limite. O mesmo se daria na fábrica, com a demanda por rapidez, eficiência e precisão em tarefas efetuadas durante longos períodos de tempo. Daí emanam um conjunto de questões que dão origem às chamadas ciências do trabalho, postulando o corpo como máquina em que se introduz e se dissipa energia: qual a melhor alimentação, quanto devem durar as jornadas de trabalho, há necessidade de intervalos? Questões que levam inevitavelmente ao corpo como aparato energético, suporte material da conexão entre estímulos e respostas.

Se o corpo, tal como se configura na modernidade, se estabiliza como aparato que recebe impressões, o mesmo assumirá outra forma menos energética e mais *informativa* no decorrer do século xx (Manovich, 1995). Podemos colocar as teorias das ciências da cognição como protagonista nessa inflexão histórica, mas, conforme os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) apontam, teorias costumam ser impuras, convivendo lado a lado com interesses, objetos e materialidades as mais diversas. Seguindo essa inspiração, podemos situar as novas demandas à atenção surgidas em função da Segunda Guerra Mundial como fundamentais para um deslocamento com relação aos problemas encaminhados tanto por filósofos, estetas, psicólogos, quanto por cientistas do trabalho acerca da natureza e limites da atenção humana.

Durante a Segunda Guerra, o operador de radar, o operador de canhões antiaéreos e o piloto de avião se encontravam em situações similares às aquelas nas quais os psicólogos do século xix colocaram seus sujeitos experimentais (Manovich, 1995). As configurações dos experimentos psicofísicos se tornaram, em todos os seus detalhes, as condições do trabalho militar. As tarefas criadas pelos psicólogos para estudar a visão humana se tornaram as tarefas reais que desafiavam os operadores de radar. Como o sujeito de um experimento de detecção, um operador de radar escaneia um ponto luminoso precariamente notável. Como o sujeito de um experimento de identificação, ele tenta adivinhar quando esse ponto é o mesmo ou diferente de outro ponto a partir de sua prévia experiência. O operador de radar na década de 1940 e 1950 foi o exemplo prototípico de um acoplamento homem-máquina que foi substituído por outro sistema por volta da década de 1980: o usuário de computador.

Examinado em sua materialidade, o Teste de Atenção Concentrada de Toulouse-Piéron apresenta-se como uma superfície repleta de inscrições, oferecendo, ao menos por alguns instantes, desafio similar ao do operador de radar. Convém uma breve descrição de sua aparência e procedimento padrão. O teste consiste em um artefato relativamente leve e fácil de transportar, preenchendo as condições de um móvel-imutável (Latour, 2015). Em geral, essa superfície pode ser apresentada sob a forma de uma simples folha A4 de papel branco preenchida com pequenas quadrados ao longo de 40 linhas, cada um medindo 1,25 milímetros. Há, no total, oito tipos diferentes de

quadrados; em cada linha, há cinco dos oito tipos de quadrados. A tarefa do sujeito é marcar, o mais rápido possível, no intervalo de 10 minutos, os quadrados expostos nas linhas que são do mesmo tipo dos quadrados-modelo (que podem ser dois, três ou quatro, dependendo da versão) expostos no topo da folha. Em caso de engano, o sujeito é orientado a fazer um círculo em volta do quadrado e continuar a prova. A tarefa oferece não somente o desafio da concentração perante uma sobrecarga sensorial, mas o da velocidade: de minuto a minuto, o examinador diz “Cruz” e o sujeito desenha uma cruz no intervalo de quadrados em que seguia.

Em geral, ao fim de dez minutos, o examinador dá ordens, apontando o término do exame (Fernandes, 2014). Pode-se entrever um alinhamento comum na situação aflitiva do operador de radar, do piloto de avião, e mesmo na figura contemporânea do *gamer*, com a do sujeito do teste diante da pleora de estímulos e exigência de concentração. Nomeadamente, um alinhamento no modo de se conduzir e governar a atenção em situações caracterizadas pela sobrecarga sensorial.

2.2. *O self como empresa*

Cabe ainda considerar como este alinhamento se insere dentro de uma transformação mais ampla, envolvendo novos modos de categorizar e intervir sobre a conduta. Sociólogos contemporâneos (Rose, 2007, 2008; Boltanski & Chiapello, 2009) têm considerado a noção de “empresa” ou de “iniciativa” como índice essencial dessa virada. Tal noção, convém dizer, vem substituir aquela da norma, da disciplina, da conformidade e da adaptação subjacentes às operações de um corpo entendido e corrigido enquanto aparato energético que responde a estímulos, no qual se concentra e se dissipa energia.

Como vimos, o caráter energético próprio ao corpo das sociedades industriais sofreu mudanças de ênfase com a emergência de novas configurações no lazer, trabalho e cotidiano, sendo o operador de radar, enquanto protótipo, resultante dessas transformações. Nesse modelo, trata-se de problemas muito semelhantes aos da segunda metade do século XIX colocados a respeito dos limiares implicados no reconhecimento de certos estímulos que invadiam o campo visual em condições de baixa ou alta luminosidade, em rápida

aceleração, vindos, por vezes, de várias direções. No entanto, o conhecimento e a intervenção sobre a conduta não se dá mais tanto em termos de fadiga, energia, estímulo e resposta, mas compreendendo o comportamento em termos de módulos mentais que se entrecruzam em processos automáticos de codificação e decodificação de informações. As analogias e simulações da inteligência em máquinas conduziram a investigações cada vez mais ramificadas acerca desses módulos, verificando seus limites e capacidades, mas também dando origem a outras vertentes de pesquisa, tratando do corpo fenomenologicamente entendido ou da experiência vivida (Hayles, 2017; Rosch, Varela & Thompson, 2001).

Os limites ressaltados nas habilidades humanas no contexto dessas últimas investigações laboratoriais com relação às máquinas contribuíram para constituir problemas a serem superados em uma série de outros domínios, como as instituições de aprendizagem e de trabalho. Tomados como aspectos da conduta, estabilizados como objetos dóceis suscetíveis a intervenções, novos vetores psicológicos tais como vieses, afetos, propósitos, objetivos e relações intersubjetivas foram, a partir da década de 1980, reavaliados a partir de novos modos de governamentalidade (Rose, 2008; Boltanski & Chiapello, 2009). Nas sociedades industriais, ou pós-industriais (Manovich, 1995), a adaptação à norma embutida nos testes mentais, comum nos exames utilizados por empresas e escolas, assim como diversos outros tipos de avaliação psicológica, passa a não ser o principal requisito do governo da conduta. Aspectos como “autodesenvolvimento”, “iniciativa”, “projeto” e “cálculo” são mais ressaltados do que a conformação a padrões. Nessa modalidade de governo, trata-se, por vezes, de incitar a inconformidade, expandir os limites, administrar a criatividade e a própria liberdade. Curiosamente, tudo isso em acordo com regras, segundo a organização de um campo de possibilidades onde a autonomia é assistida e amparada (Ehrenberg, 2010). Ao invés de um afrouxamento do campo da governamentalidade, podemos ver aí sua engenhosa expansão.

À luz dessas transformações, as classificações psicológicas são reagrupadas, tecendo-se intimamente com a psiquiatria e as neurociências. Estudos históricos e sociológicos chamaram a atenção para o fato de que a exigência contemporânea por uma “autonomia assessorada” (Ehrenberg, 2010) fez com

que eclodissem novas formas de classificar o sofrimento psíquico. Tanto os transtornos depressivos, quanto o Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade (TDAH)⁸ podem ser considerados fenômenos da mesma ordem, no sentido de que são ligados a um governo da conduta que incita e busca organizar a autonomia, a iniciativa, e a própria criatividade. Quanto a este último transtorno, pode-se dizer que:

Uma clara distinção que separa as discussões contemporâneas daquelas de um século atrás é a insistência no fato de que o TDA não é ligado a qualquer fraqueza da vontade, de que não há responsabilidade pessoal envolvida [...] os autores de um best-seller sobre o assunto afirmam: ‘Lembre-se de que o que você tem é um problema neurológico. Ele é geneticamente transmitido. É causado pela biologia, pelo modo como seu cérebro está conectado. Não é uma doença da vontade, nem uma falha moral, nem um tipo de neurose. Não é causado por fraqueza de caráter ou por dificuldade de amadurecimento. Sua cura não está no poder da vontade, na punição, no sacrifício ou na dor. (Crary, 2013, p. 59)

Portanto, não se trata de culpabilizar os indivíduos como no início do século xx, quando as primeiras escalas de inteligências se expandiram no mundo anglo-saxão interpretando “fraqueza das faculdades mentais” como ausência de vontade ou defeito de caráter. Ao mesmo tempo em que incitam a autonomia, as estratégias de governo de conduta atuais desresponsabilizam o indivíduo pelo seu sofrimento, ao atribuir sua etiologia a fatores biológicos. Certamente, a eugenia de Galton e a biocracia de Toulouse articulavam biologia e conduta, no entanto de modos bastante distintos com relação ao que se faz hoje. Enquanto a hereditariedade desses primeiros autores se apresentava como uma espécie de fardo, inevitavelmente transmitido, cabendo aos psicólogos e psiquiatras diagnosticá-lo através de medidas que passavam pelo internamento e isolamento, posteriormente, os modos de intervir sobre os fatores biológicos se modificaram (Rose, 2007). Envolve, na atualidade, intervenções realizadas o mais precocemente possível, tanto mediadas por testes de risco quanto por classificações psicológica e psiquiátrica da infância.

Nos documentos que analisamos, artigos, teses e dissertações, no qual o teste Toulouse-Piéron é utilizado em crianças, frequentemente a atenção ou o

⁸ Denominação brasileira, nas dissertações portuguesas encontramos o termo “PHDA” (Perturbação de Hiperatividade e Déficit de Atenção). (Correia, 2015).

seu déficit aparecem correlacionados com áreas cerebrais. Por exemplo, Correia (2015), apesar de alertar para o aspecto limitado das tecnologias da imagem na produção de diagnósticos, “anatomiza” a atenção na “rede designada de Default Mode Network (DMN)”, afirmando que “esta rede neuronal encontra-se distribuída no cérebro e compreende o córtex pré-frontal medial e regiões parietais medial e lateral” (p. 11). Igualmente marcante é a compreensão proposta acerca do processo de *aprendizagem* (Fernandes, 2016): “é a consequência de uma resposta que é consolidada no cérebro e resulta de complexas operações neurofisiológicas e neuropsicológicas que organizam estímulos com respostas” (p. 12). Em todos os documentos (artigos, dissertações e teses) encontramos referências a modelos neurológicos da atenção e referências a áreas cerebrais. A importância de um *diagnóstico* precoce é igualmente frisada: “Quanto mais se aprende sobre a relação cérebro-comportamento e cérebro-aprendizagem, melhor será o nível de conhecimento e de intervenção sobre a criança com dificuldade de aprendizagem, contribuindo para o diagnóstico e prognóstico do seu potencial de aprendizagem” (Benzick, Leal, & Cardoso, 2016, p. 38).

Essa breve análise insinua que o uso atual do teste Toulouse-Piéron no domínio da infância faz parte de um novo entrelaçamento entre psicologia, medicina, psiquiatria, neurociências, genética com técnicas de imagem e inscrição que permitem um comportamento ser estabilizado mediante testes que produzem curvas, gráficos entre outras inscrições. Não se trata de um uso neutro, mas ligados à organização do campo de ações possíveis, categorizando os indivíduos segundo a iniciativa, a autonomia, a velocidade e o risco. Tais ideias, no entanto, não pairam no ar, mas se concretizam em materialidades como a dos corpos nas situações experimentais dos testes psicológicos de atenção, inscritas em páginas e transformadas em diagnósticos.

Conclusão

O artigo buscou articular o uso de testes de atenção concentrada, em particular o de Toulouse-Piéron, a processos de governo da conduta, entendendo o conceito de governo tal como proposto por Michel Foucault (1995), além de lançar mão da noção de ‘móviles-imutáveis’ (Latour, 2015), concebendo

o teste tanto em sua apresentação gráfica, quanto em aspectos normativos e teóricos subjacentes ao seu uso contemporâneo.

Partimos do problema do direcionamento do teste de Toulouse-Piéron, originalmente mais voltado para atividades laborais e orientação vocacional, para estudos sobre a aprendizagem na infância. Verificamos esse uso a partir de uma pequena série de quatro documentos recentes (entre 2011 e 2016), constituída por três dissertações e um artigo (Araújo, 2011; Correia, 2015; Fernandes, 2014; Benkzick, Leal, & Cardoso, 2016). Aplicando o referido aporte teórico ao problema, pôde-se averiguar dois pontos. Em primeiro, que o teste, em sua materialidade, expõe seus sujeitos experimentais a situações típicas de ambientes de sobrecarga sensorial como o treinamento de voo ou a operação de radar. Essa situação envolve uma modalidade de governo da atenção e do próprio *self* onde se trata de expandir limites, incitar a autonomia, gerir situações arriscadas. Em segundo lugar, vislumbrou-se, no direcionamento da testagem da atenção concentrada para a infância, um método de desarticular o sujeito de seu sofrimento, definindo etiologias biológicas, tais como modificações estruturais e funcionais no cérebro, para transtornos mentais.

Podemos sugerir, a título de conclusão, que a partir dessa desculpabilização, seriam propostos diagnósticos, como o Transtorno de déficit de atenção e/ou hiperatividade e intervenções pedagógicas, médicas e psicológicas de caráter preventivo bastante acentuado.

Referências

- Araújo, R. S. (2011). *Teste de concentração concentrada Toulouse-Piéron: atualização dos estudos de padronização, validação e precisão*. [Dissertação de mestrado]. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Benkzick, E. B. P., Leal, G. C., Cardoso, T. (2016). A utilização do teste de Atenção concentrada (AC) para população infanto-juvenil: uma contribuição para a avaliação neuropsicológica. *Revista Psicopedagogia*, 33, 37-49. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000100005&lng=pt&tlng=pt

- Boltanski, L., & Chiapello, É. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Carson, J. (2014). Mental testing in the early twentieth century: Internationalizing the mental testing story. *History of Psychology*, 17, 249–255. doi:10.1037/a0037475.
- Correia, J. F. R. (2015) *Atenção, memória e estruturação visuo-perceptiva em crianças e adolescentes com perturbação de hiperactividade com défice de atenção (PHDA)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal.
- Crary, J. (2013). *Suspensões da percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Danziger, K. (1997). *Naming the mind: How psychology found its language*. London: Sage.
- Daston, L., & Galison, P. (2007). *Objectivity*. New York: Zone Books.
- Drouard, A. (2007). Biocratie, eugénisme et sexologie dans l'œuvre d'Édouard Toulouse. *Sexologies*, 16, 203–211. doi:10.1016/j.sexol.2007.04.002.
- Ehrenberg, A. (1998). *La fatigue d'être soi: Dépression et société*. Paris: Odile Jacob.
- Ehrenberg, A. (2010). *Do culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. São Paulo: Editora Ideias e Letras.
- Fernandes, C. P. C. (2014). *A análise da influência da concentração na velocidade de leitura*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho, Escola de Ciências. Minho, 77p.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, R. & Rabinow, P. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Hacking, I. (2001). *La construcción social de qué?* México:Paidós.
- Hayles, K. (2017). *Unthought: the power of the cognitive non conscious*. Chicago, University of chicago press.
- Latour, B. (2015). Cognição e visualização: Pensando com olhos e mãos, *Terra Brasilis (Nova Série)*, 4. Publicado originalmente em 1986. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1308>
- Law, J. (2012). The materials of CTS. In: Hicks, Dan. & Beaudry, Mary. (Eds.). Em *The oxford handbook of material cultural studies*. Doi: 10.1093/oxfordhb/9780199218714.013.0006.

- Manovich, L. (1995). *The labor of perception*. Disponível em: <http://manovich.net/index.php/projects/the-labor-of-perception>.
- Ouvrier-Bonnaz, R. (2007). A psicologia em França de 1870 a 1840, de uma ciência aplicada a uma disciplina universitária. *Laboreal*, 3, 57-63. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU5471122987431792481>
- Pereira, A. (n.d.). *Manual resumido do Teste Toulouse-Piéron*. Disponível em: <https://document.onl/documents/toulouse-pierron-manual-resumido.html>
- Rose, N. (1985). *The psychological complex: Psychology, politics and society in England, 1869-1939*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Rose, N. (2007). *The politics of life itself: Biomedicine, power and subjectivity in the twenty-first century*. London: Routledge.
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20, 155–164. doi:10.1590/s0102-71822008000200002
- Rosch, E., Varela, F., & Thompson, E. (2001). *A mente corpórea*. Instituto Piaget: Lisboa.
- Schneider, W. H. (1991). The Scientific Study of Labor in Interwar France. *French Historical Studies*, 17(2), 410-446. doi:10.2307/286464.
- Toulouse, E., & Piéron, H. (2013). *Prueba perceptiva y de atención: manual revisado*. Cordero, Agustín; Sesderos, Nicolas; Gonzalez, Marina & De La Cruz, M. Victoria. (revisores). Madrid: Tea editora.
- Weschler, S., Hutz, C., & Primi, R. (2019). O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios. *Avaliação Psicológica*, 18, 121-128. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1802.15466.02>